

## AOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES DA ESCOLA PÚBLICA

# EXIGIMOS A CRIAÇÃO DE CARREIRAS ESPECIAIS MAIS TRABALHADORES NAS ESCOLAS

STFPSN SINDICATO  
DOS TRABALHADORES  
EM FUNÇÕES PÚBLICAS  
E SOCIAIS DO NORTE  
RUA VASCO DE LOBEIRA, 47/51  
4249-009 PORTO  
TEL 225574060 FAX 225507257  
EMAIL [geral.porto@stfpsn.pt](mailto:geral.porto@stfpsn.pt)  
SITE [www.stfpsn.pt](http://www.stfpsn.pt)

WWW.STFPSN.PT



No dia 11 de dezembro, a Federação organizou uma concentração de dirigentes e delegados sindicais, junto da Assembleia da República para tornar pública a entrega da Petição, assinada por milhares de trabalhadores e outros cidadãos, “PELA CRIAÇÃO DE CARREIRAS ESPECIAIS PARA TRABALHADORES NÃO DOCENTES DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA e DOTAR AS ESCOLAS DOS TRABALHADORES EFETIVAMENTE NECESSÁRIOS PARA A PROSSECUÇÃO DA SUA FUNÇÃO”.

### **Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos**

Nesta ação, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (Federação) reafirmou junto da comunicação social a falta de diálogo e de vontade política do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (ME), a negociação da criação das carreiras especiais, exigidas pelos trabalhadores não docentes, com vista a valorizar os salários de todos os trabalhadores, assistentes operacionais e assistentes técnicos, bem como, dar centralidade às funções que exercem, em todas as áreas, por serem essenciais para garantir a qualidade e o sucesso do processo educativo, considerando a universalidade e inclusão exigidos à Escola Pública.

### **Reversão do Processo de Transferência e da Gestão de Pessoal para os Municípios**

Reafirmamos que a transição de competências do ME, nomeadamente da gestão do pessoal não docente para as Autarquias Locais, põe em causa o princípio da universalidade e qualidade da Escola Pública, facto que a sua efetivação tem vindo a provar, por via das realidades diferentes existentes nos 297 municípios, quer nos meios financeiros, quer na forma como cada um faz a gestão do pessoal e interpreta o Serviço Público da Educação e gestão do pessoal não docente, consideramos que a sua reversão é fundamental.

### **Técnico Superior**

Reafirmamos também a exigência da valorização da Carreira de Técnico Superior da Escola Pública, Psicólogos, Assistentes Sociais, Terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, animadores socioculturais, mediadores, e outros, urge a valorização da carreira, como forma de fixar estes trabalhadores e pôr fim à saída para outros serviços da administração pública.



## **Consolidação de Mobilidade Geográfica**

Denunciamos a falta de vontade política do Ministro da Educação para resolver, através de uma medida legislativa especial, o processo de consolidação da mobilidade geográfica dos técnicos superiores integrados pelo PREVPAP, situação que incredivelmente se arrasta pondo em causa a estabilidade familiar destes trabalhadores e a sua permanência nas escolas.



## **Integração nos quadros dos Técnicos Especializados em Educação**

Denunciamos que, apesar das declarações da intenção de integrar os 3300 TEE por parte do ME, este processo de integração continua sem resposta, situação que consideramos inaceitável.



## **Entrega da Petição**

Fomos recebidos por um dos Vice presidentes da Assembleia da República, informámos que o recurso à Petição resulta do facto de haver uma manifesta falta de diálogo do Governo e do Ministério da Educação para a negociação do “Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores não Docentes”, nomeadamente nas questões prioritárias, atrás descritas, com ênfase para a criação das carreiras especiais; Carreira de Assistente de Ação Educativa; Carreira de Assistente Administrativo de Administração Escolar; fundamentais para dar centralidade às funções desenvolvidas pelos trabalhadores, assistentes operacionais e assistentes técnicos, que transitaram para as novas carreiras especiais e para o desenvolvimento do processo educativo. E referimos ainda que os trabalhadores esperam que esta petição que será discutida no Plenário da Assembleia da República, seja um contributo para a abertura do diálogo por parte do Ministério da Educação, respeitando a negociação coletiva, com vista à resolução dos problemas que afetam os trabalhadores e a qualidade do serviço público fundamental prestado pela Escola Pública.

## **A LUTA CONTINUA**

Devemos ter presente a entrega desta Petição que resultou da recolha de 10881 assinaturas, mais um passo na luta no plano sectorial dos trabalhadores não docentes, a que se juntam todas as lutas que têm sido desenvolvidas no plano sectorial à porta de cada escola e a grande greve nacional, com manifestação em Lisboa, e no plano da luta geral, a grande greve e manifestação convocada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública que voltou a encerrar milhares de escolas.

Mas a luta tem que continuar para exigirmos a abertura do processo negocial prometido para setembro pelo Ministério da Educação, na reunião que tivemos a 3 de Julho passado, a resolução dos problemas que nos afetam e rechaçar qualquer “proposta de valorização” que vise dividir os trabalhadores assistentes operacionais e assistentes técnicos porque todas as funções exercidas por estes trabalhadores são fundamentais para o desenvolvimento do processo educativo.

# **SINDICALIZADO ESTÁS MAIS PROTEGIDO E POUPAS NO IRS!**

**Por cada euro pago de cota sindical,  
serão deduzidos 2 euros em sede de IRS!  
Sindicaliza-te! Juntos somos mais fortes!**